RIO BRAVO

CARTA ESTRATÉGIAS

Outubro 2025

riobravo.com.br

Outubro vermelho

Texto de Gustavo Franco

O mês de outubro começa bem e termina com um grande susto para o governo.

O ganho de aprovação do governo vinha de antes, principalmente pela "resposta" nacionalista ao tarifaço americano, seguida da "química" observada entre os presidentes Trump e Lula. A perspectiva de um acordo parecia promissora.

Logo adiante, e em vista dos preparativos para as conversas que viriam a ocorrer na Ásia, o próprio Lula, em declarações no dia 15, trouxe um "*upgrade*" para essas expectativas ao ampliar o conceito da "química" para uma "petroquímica".

No dia 1, a Câmara dos Deputados aprovou por unanimidade (493 votos a zero) o projeto de lei (PL1.087/25) prevendo a isenção de IR para rendas abaixo de R$ 5 mil. Por unanimidade.

Parecia tudo azul para o governo, considerando relações internas (parlamentares) e externas (com Trump).

O presidente da República faria mais uma viagem internacional na semana começando no dia 20: o tão aguardado encontro com Donald Trump teria lugar na Malásia no dia 26/10, véspera do aniversário de 80 anos de Lula. Logo antes, no dia 23, na Indonésia, Lula anunciaria sua candidatura à reeleição em 2026.

Difícil imaginar que tudo isso não estivesse cuidadosamente coreografado.

Tudo seguiu como planejado, exceto por dois contratempos, o primeiro foi a derrota parlamentar no dia 7 e o segundo foi a operação policial no Rio de Janeiro no dia 29, encerrando o mês de forma abrupta e numa chave muito negativa para o governo federal.

Outubro termina com a contagem e identificação dos mortos no Rio de Janeiro e com uma mudança radical na temperatura e nos rumos do debate sobre segurança pública, sempre o tema mais importante e mais espaçoso nas pesquisas de opinião para a eleição que se aproxima.

> Parecia tudo azul para o governo, considerando relações internas (parlamentares) e externas (com Trump)

O projeto dos cinco mil

O PL1.087/25 (isenção de IR para as rendas abaixo de 5 mil) começa seu trâmite de forma diferenciada, pois desde o início tratava-se de "promessa de campanha" do presidente Lula, medida prioritária a ser cuidada com carinho. A relatoria foi entregue para deputado Arthur Lira (PP-AL), para que seu relatório se transformasse numa demonstração de força e articulação

do governo no Parlamento, numa espécie de apoteose.

O projeto dos cinco mil foi aprovado por unanimidade na Câmara, "um dia histórico", segundo a ministra-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da presidência da República, Gleisi Hoffmann.

> Outubro termina com a contagem e identificação dos mortos no Rio de Janeiro e com uma mudança radical na temperatura e nos rumos do debate sobre segurança pública

Pouquíssimos temas que fazem sentido são aprovados assim. Na verdade, a unanimidade talvez fosse o exato sinal de que alguma coisa estava fora do lugar, como se veria logo a seguir. As "compensações fiscais" para a renúncia fiscal determinada pela medida vinham sendo debatidas faz algum tempo. O governo havia feito a opção por não recorrer a cortes de despesas e pensava explorar alguma forma de taxação dos "super ricos", com isso trazendo uma dimensão distributiva, portanto de esquerda, para o debate sobre o equilíbrio fiscal.

Seria realmente possível resolver o problema fiscal brasileiro simplesmente taxando adicionalmente os ricos e cobrando de quem não paga, conforme sugeria o ministro Haddad? Seria fácil se houvesse uma solução simples e politicamente proveitosa, não?

A fórmula do PL1.087 é engenhosa, e permitia a conta segundo a qual haveria um aumento de imposto (um adicional no IR de até 10%) apenas para cerca de 140 mil pessoas com rendimento tributável acima de R$ 50 mil por mês (R$ 600 mil ao ano), os chamados "super ricos", e que os recursos assim obtidos permitiriam o fim da cobrança de imposto de renda para mais de 10 milhões de brasileiros que ganham até R$ 5 mil por mês.

Quem poderia ser contra uma proposição como esta?

Uma pergunta difícil foi feita pelo professor Rogério Werneck, uma pergunta sobre a lógica orçamentária da medida, ou sobre escolhas: se é possível espremer mais R$ 30 bilhões adicionais de receita num cenário de penúria fiscal, por que subsidiar os trabalhadores que ganham entre R$3 e R$5 mil, um segmento relativamente favorecido da força de trabalho?

Segundo Werneck:

"Tais contribuintes, além de terem empregos formais, estão relativamente bem-posicionados na distribuição de renda. Não há por que isentá-los de IR. Não faz nenhum sentido o Brasil abrir mão de uma base ampla e maciça de contribuintes de IR, como se tem nas economias avançadas, e passar a restringir a cobrança do tributo aos parcos 15% da população ocupada que tem renda mensal acima de R$ 5 mil."[1]

O apelo eleitoral da "promessa de campanha" não permitiu muita discussão. Assim como há impostos novos criados com destinação específica, há também o contrário: destinações específicas consideradas meritórias, que criam impostos novos para se viabilizar.

A correção da "defasagem" da tabela progressiva do IR – estimada pelo DIEESE em 154% – era uma aspiração antiga da classe média. O presidente percebeu a demanda e a converteu em promessa sua. O Congresso quis se apropriar de um pedaço da bondade: aumentou o benefício, como costuma fazer, e o aprovou por unanimidade (na Câmara), com fanfarra,

1 . "Na isenção de IR, o Congresso empatou o jogo com o governo; o único derrotado foi o País" O Estado de São Paulo, 09/10/2025.

trazendo uma impressão enganosa da real dimensão do apoio parlamentar do governo.

A medida seguiu para o Senado, onde encontrou a relatoria do também alagoano Renan Calheiros, um rival de Lira, mas que dificilmente criará embaraços nesse trâmite, talvez ainda mais bondades.

O paradoxo reside em ter um apoio tão concentrado em dois políticos alagoanos para uma medida de pequeno impacto na região Nordeste, onde apenas 12,1% da força de trabalho tem rendas na nova faixa de isenção, entre R$3 e R$5 mil.

Mas no mesmo dia 7 em que o senador Renan Calheiros, já escolhido relator, afirmava numa coletiva que faria tudo para que o PL não voltasse para a Câmara, o governo teve uma derrota parlamentar de amplo espectro na Câmara ao apostar na votação da Medida Provisória 1.303 dispondo sobre a tributação de aplicações financeiras.

> Quando as autoridades, lideradas pelo próprio presidente da República, falam em "sabotagem" é que a derrota foi dolorida

O revés do dia 7 foi uma derrota política maiúscula – o placar foi 251 a 13 – que não se mede pelas previsões de arrecadação perdida. Não foram números impressionantes, pois era uma MP repleta de pequenas maldades que se resolveu votar em razão de presunção de que era grande o apoio parlamentar do governo. Não era.

Na verdade, o estrago era mais político do que propriamente fiscal. Quando as autoridades, lideradas pelo próprio presidente da República, falam em "sabotagem" é que a derrota foi dolorida. Na verdade, essas manifestações sugerem que o que estava em jogo na MP1.303 eram recursos para mais estímulos fiscais no ano da eleição.

Explique-se.

O déficit primário foi pior no primeiro ano de governo, quando chegou a 2,5% do PIB, mas caiu abaixo de 0,5% nas medições mais recentes. A deterioração das contas fiscais foi sustada, o que representa uma importante conquista: ao menos na perspectiva de 2025, o ano que precede o ano de eleição, não se repetiu a Nova Matriz Macroeconômica. É claro que não é a política fiscal que levará o Brasil de volta ao grau de investimento. Mas é o que é possível fazer nesse governo, ficando a dúvida sobre o que vai se passar em 2026.

O mix e a inconsistência

Não houve reunião do COPOM em outubro; a taxa Selic permaneceu onde estava, em 15% ao ano, com os agentes econômicos olhando à sua volta à procura das consequências.

Acredita-se que a Selic assim permanecerá por mais um tempo, e que um ciclo de baixa vai se iniciar, mas levando a Selic para 12,25% ao final de 2026. É o que sugerem os números do Boletim Focus, com as previsões de mais de uma centena de analistas que acompanham a política monetária.

Continua verdade que existe uma inconsistência entre as políticas monetária e fiscal – o crowding out – e que o país insiste em estímulos fiscais em uma economia em pleno emprego. O Banco Central faz o seu trabalho de definir a taxa de juros de modo a se atingir a meta para a inflação determinada pelo Conselho Monetário Nacional. A taxa de juros muito alta que o BCB tem praticado se apresenta como resultado dessa inconsistência.

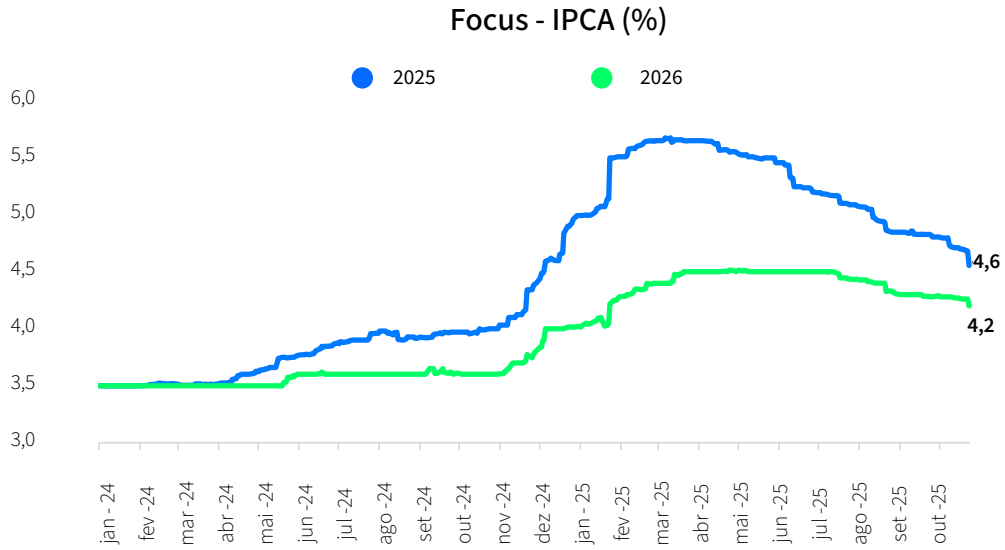
Com a mão esquerda o governo faz política fiscal fortemente expansionista, e com a mão direta o

mesmo governo fixa a meta para a inflação em 3% e obriga o BCB a uma política monetária ultra contracionista.

Houve mesmo uma dúvida sobre se o ministro da Fazenda não deveria rever a meta para a inflação, hipótese prontamente desmentida por Haddad.

O fato é que a soma dessas duas políticas inconsistentes é como simultaneamente pisar no acelerador e no freio, um desperdício de energia com pouco resultado.

Mas, felizmente, a inflação cedeu. Na verdade, as expetativas para a inflação já vinham cedendo, como se pode ver no gráfico, de tal sorte a aproximar as taxas esperadas para 2025 e 2026 do limite superior de tolerância para o IPCA (4,5%):



Essa convergência das expectativas – ou "redução da desancoragem", no idioma coponês – tem ocorrido face à expectativa de desaquecimento da economia, uma tendência já perceptível, e cujas expressões mais contundentes deverão se apresentar nas próximas semanas.

> Com a mão esquerda o governo faz política fiscal fortemente expansionista; com a mão direta fixa a meta para a inflação em 3%, e obriga o Banco Central a uma política monetária ultra contracionista

Será uma "aterrissagem suave" se as expectativas convergirem para o centro da meta nas próximas safras do Boletim Focus, em resposta a uma economia menos aquecida, aos juros de 15% e ao dólar que se enfraquece.

Problema vai ser se o presidente pisar ainda mais fundo no acelerador fiscal, como é comum em tempos de eleição, o que impedirá o BCB de tirar o pé do freio. Será um problemão. Um "petroproblema", para usar o superlativo do próprio presidente da República.

ECONOMIA

E as tarifas, afinal?

Texto de José Alfaix

Faz seis meses desde o "Liberation Day", quando o presidente dos EUA, Donald Trump, anunciou tarifas consideravelmente restritivas sobre diversos países, alegando tratar-se de reciprocidade.

Independentemente da incoerência dessas medidas com a macroeconomia, surpreende que o repasse das tarifas aos consumidores norte-americanos têm sido bem inferior ao previso. Um argumento possível para esse fenômeno seria o de que Trump estava correto – e, com isso, todos os economistas errados –, e são os exportadores estrangeiros que estão pagando essa conta ao reduzirem seus preços para se adequarem às alíquotas mais restritivas. Não é bem por aí, no entanto. Os preços de importação permanecem praticamente iguais aos praticados no ano passado. Se fosse verdadeira a hipótese de que os estrangeiros estão absorvendo os custos, teríamos de observar uma queda notória nos preços dos produtos importados. Só que isso não aconteceu.

Sobram algumas alternativas já ostensivamente elaboradas. A primeira: as firmas anteciparam estoques em elevada quantidade para escapar das tarifas uma vez que entrassem em vigor. A segunda: as firmas estão "comendo" as tarifas, absorvendo preços mais altos e sacrificando suas respectivas margens ao invés de efetuar o repasse aos seus consumidores. Ambas parcialmente verdadeiras, mas insuficientes.

O verdadeiro motivo do efeito discreto das tarifas é outro. E começo por dizer que elas, na realidade, não são tão expressivas quanto parecem. A maioria dos investidores fez o cálculo das tarifas "no papel" – a média ponderada pelos volumes de importações anteriores ao anúncio. Esse cálculo sobrestima a alíquota de importação que de fato está sendo praticada. Se quisermos saber qual é a alíquota média de fato praticada pelo governo, é preciso analisar o quanto foi arrecadado com as tarifas, e dividir pelo valor das importações no período.

Assim, alguns economistas perceberam que as tarifas "na prática" são consideravelmente menores que as tarifas "no papel". Essa diferença explica o porquê há tanta dissonância entre o que era esperado em abril e o que acontece seis meses depois.

Os motivos dessa discrepância são consequenciais à complexidade das tarifas adotadas por Trump. As alíquotas são uma função não apenas das classes de produtos, mas também do parceiro comercial de referência. Como são muitas as listas de produtos tributados, e muitos os parceiros comerciais, o cálculo não é trivial. Além disso, as tarifas contemplam uma gama de excepcionalidades que acabam por reduzir o valor "efetivo" da alíquota.

Esse esquema abriu margem para que vários países "reclassificassem" seus produtos para categorias em que as tarifas são menos restritivas.

Quando as tarifas eram tecnicamente irrisórias, essa burocracia não se fazia necessária. Afora isso, há outras maneiras de desviar das tarifas, embora menos mensuráveis e não necessariamente legais – a triangulação, por exemplo, conforme a qual um país pode utilizar outro como intermediário, explorando alíquotas menores.

O fenômeno reflete um mundo onde a cadeia global de suprimentos se tornou muito mais complexa do que há um século, e no qual existem múltiplas formas, legais e ilegais, de atenuar os efeitos das tarifas. Os livros de macroeconomia não estão "desatualizados", como sugerem alguns membros do governo; talvez lhes fosse útil consultá-los.

RENDA FIXA - CRÉDITO PRIVADO

Bom momento segue, mas com o ritmo inferior

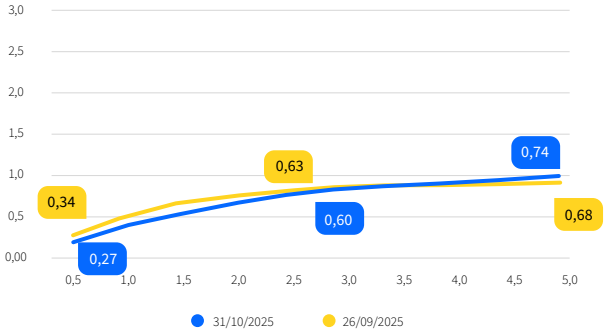
Texto de Evandro Buccini

O mercado de crédito privado não teve boa performance no mês de outubro. Analisando a rentabilidade dos ativos atreladas ao CDI, medidas pelo índice de ANBIMA IDA-DI, vemos uma variação de 1,08% a.m. vs. variação de 1,28% a.m. do CDI em outubro. No acumulado do ano, o IDA-DI apresenta retorno de 13,42% a.a. vs. 11,76% a.a. do CDI. As captações líquidas seguem positivas e o volume de emissões permanece elevado, mas desacelerando. Esses fatores podem ser destrinchados da seguinte forma:

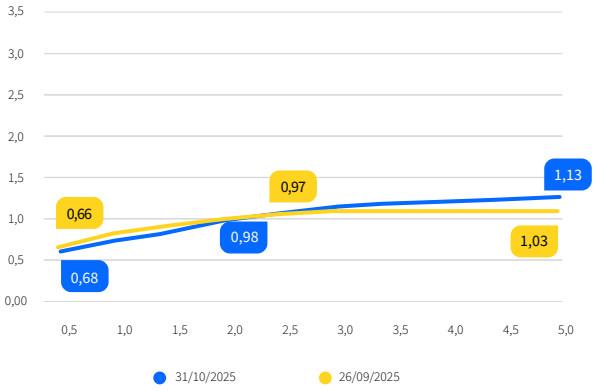
Comportamento dos spreads: ao olharmos os *spreads* das debêntures corporativas indexadas ao CDI segmentando pela qualidade de crédito, observamos um comportamento homogêneo nos *spreads* de papéis com duration mais curta com adicional, enquanto os de durations maiores abriram, mas ainda em patamar baixo.

SPREADS CDI+

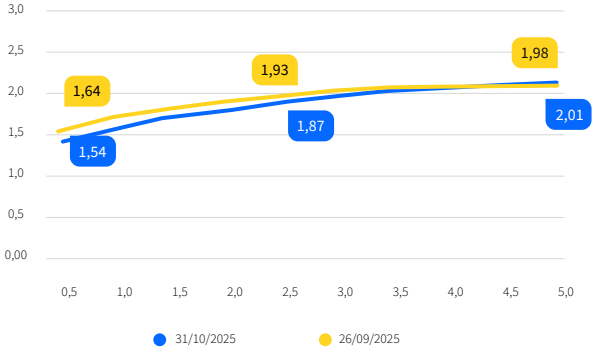
CDI + AAA



CDI + AA

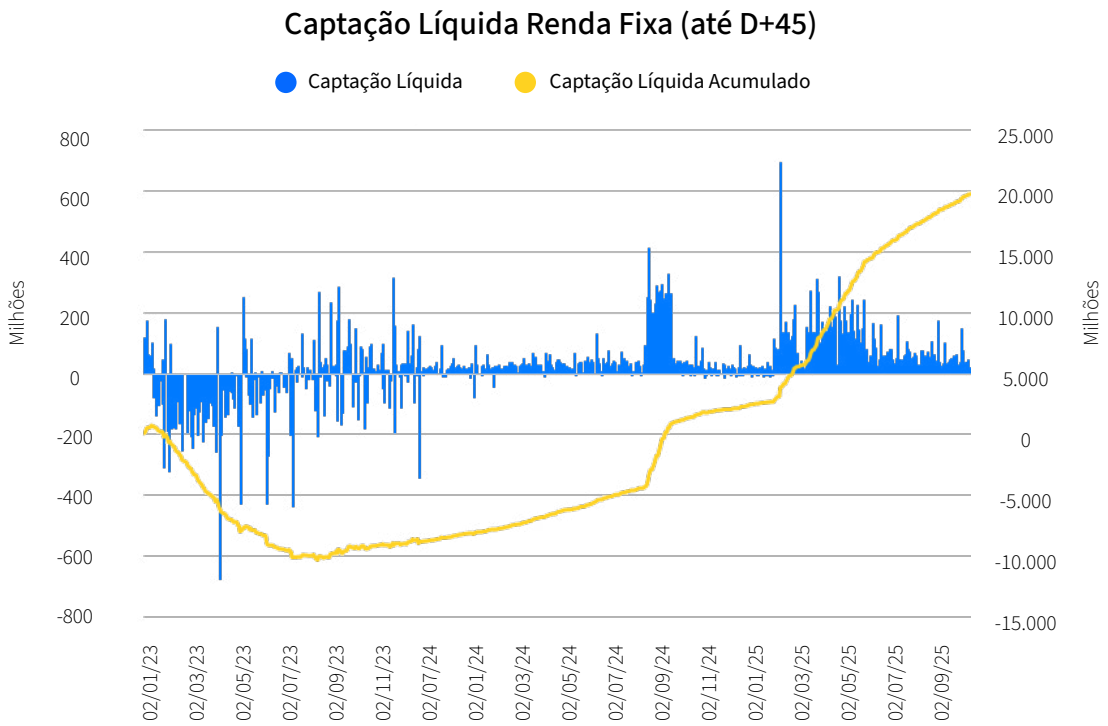


CDI + A



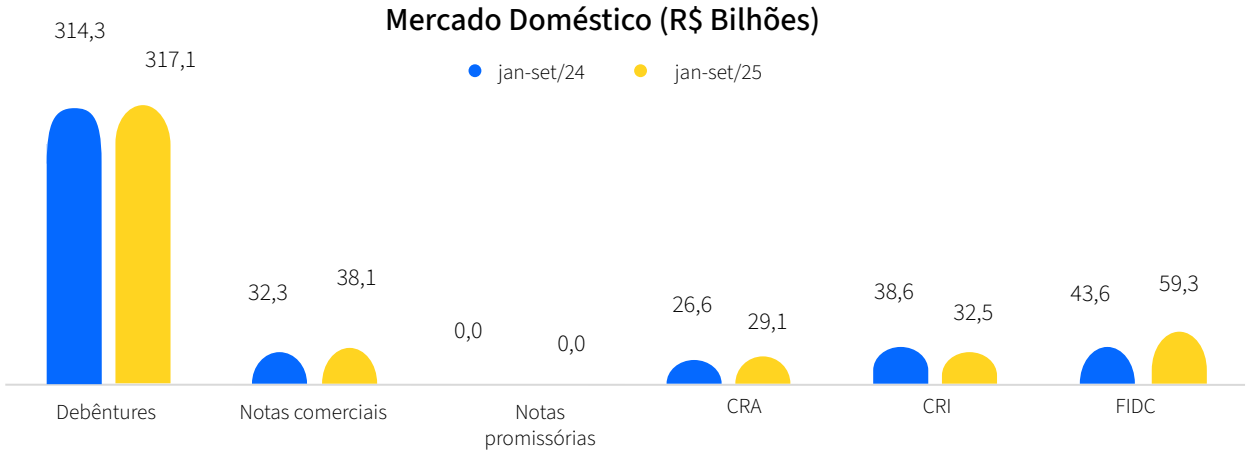
Fonte: ANBIMA

Manutenção de captação líquida positiva: O fluxo de recursos em mais de 40 fundos de crédito privado com resgate até D+45 segue positivo, mas em desaceleração.



Fonte: Quantum e CVM (*) de 02/01/24 a 31/10/25

Emissões no mercado primário: as emissões primárias no mercado de renda fixa mostram volumes similares aos de 2024, destaque ao volume de CRIs, a única classe com volume inferior em relação ao mesmo período do ano anterior. Do outro lado, os FIDCs são o instrumento com maior crescimento de volume, registrando um aumento de 36%.

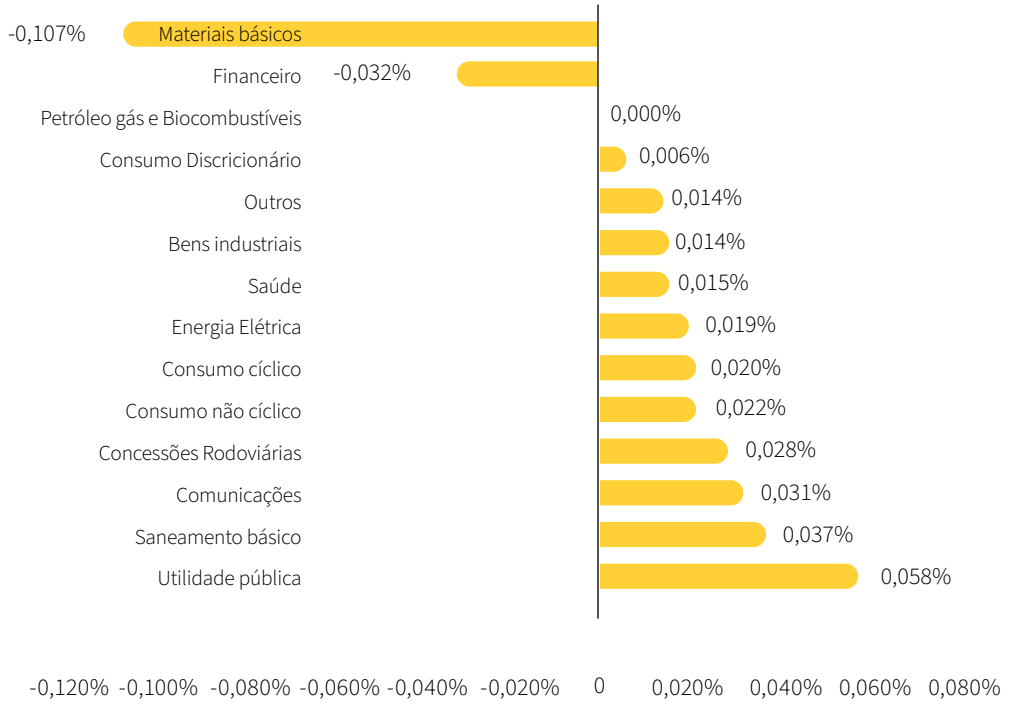


Fonte: Anbima

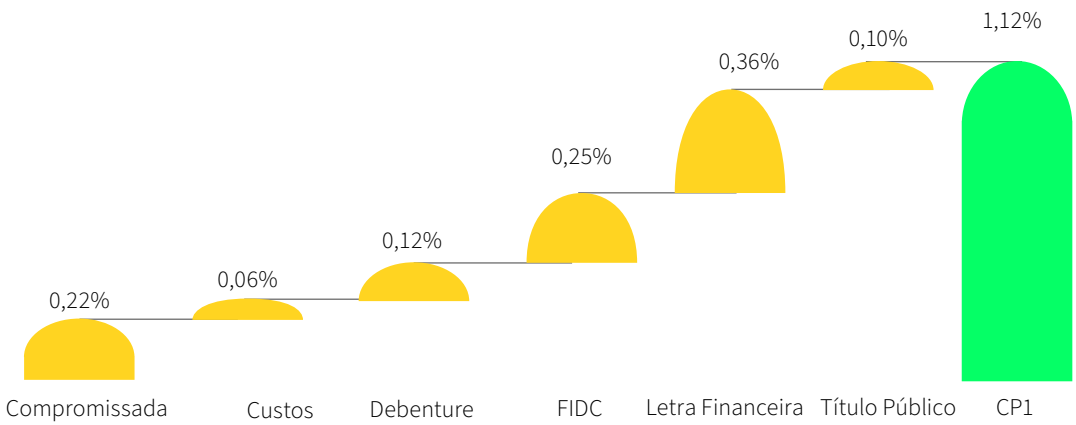
Rio Bravo Crédito Privado

O rendimento do fundo **Rio Bravo Crédito Privado** foi de 1,18%, o que representa 87,7% do CDI no mês de outubro. Olhando a performance das debêntures, os setores de destaque foram de Utilidade pública e Saneamento básico. Já os setores que tiveram performance abaixo do CDI foram Materiais básicos e Financeiro. No *book* de debêntures, os papéis de destaque foram da Brisanet (BRST14), Copel (CPGT18) e Cemig (CMGD18); os que tiveram performance negativa foram as debêntures da e CSN (CSNAA1) e Simpar (JSMLA5). Não identificamos deterioração de crédito nessas empresas, apenas volatilidade de mercado afetando de forma desproporcional empresas mais alavancadas.

Setembro/25 Performance Breakdown por setor (%)



Outubro 25 Performance Breakdown por classe de ativo (%)



Em relação ao nosso portfólio, montamos posições em Smart Fit e aumentamos a posição em BRK Ambiental. Seguimos com uma carteira pulverizada e com baixa concentração, sendo o maior emissor com menos de 3,2% da carteira, com uma duration de 2,3 anos e um carrego esperado de CDI +1,0% a.a. A carteira hoje está totalizando 33 emissores em 17 diferentes setores, e uma exposição total a 19 setores, quando consideramos os papeis de FIDC e Letra Financeira que carregamos na carteira. Para os meses seguintes, vamos continuar buscando reduzir a exposição a debêntures que consideramos estar com um spread baixo e com durations longas, com o objetivo de reduzir o risco de uma marcação negativa.

IMOBILIÁRIO

Metamorfose ambulante

Texto de Anita Scal e Abner Melo

A ideia por trás da icônica música de Raul Seixas traduz de forma clara a intensa transformação do Fundo Rio Bravo Renda Varejo: “Estar em constante transformação e evolução, em contrapartida de opiniões rígidas e definitivas” Nascido em 2012, o Fundo nada se parece hoje com a sua ideia inicial, à época concentrado em um segmento exclusivo de imóveis com apenas um início inquilino: a Caixa Econômica Federal (CEF).

Atualmente, o fundo se orgulha de apresentar:

- Dezenove inquilinos, com 13 setores diferentes do varejo;
- Nenhum inquilino com representatividade acima de 20% da receita contratada;
- Setor bancário representa 25% do ativo investido, ante 100%;
- Compra de mais de 25 ativos voltados para o setor alimentício, vestuário, casa e construção, educação e restaurante;
- Geração de valor através de mais de R$250 milhões em vendas de imóveis, apurando mais de R$77 milhões apenas em lucro;
- Locação de imóveis vagos para restaurantes, academias, self-storages, supermercados entre outros;

A estratégia proposta pela Rio Bravo para forjar estes números foi explícita: antevendo uma contração na ocupação de agências bancárias físicas, alterar o foco se fazia necessário para a perenidade do Fundo. Aproveitar a vocação portfólio de imóveis como uma fortaleza e adentrar profundamente no setor varejista era a opção mais promissora para o Fundo.

Com a mudança do regulamento, o Fundo foi capaz de implementar uma diversificação importante para diluir os riscos eminentes do portfólio. Foram adquiridos imóveis com contratos atípicos, fortes o suficiente para garantirem uma rentabilidade previsível, e expandir os setores de atuação do Fundo. Os primeiros dez contratos foram com supermercados e atacarejos, como o GPA e Assaí. Mais à frente, o Fundo continuou fortalecendo essa estratégia que foca nos contratos atípicos com a aquisição de um portfólio de cinco imóveis locados à Pernambucanas e seis imóveis locados a universidades, com contratos com a Cogna.

Além de antever o movimento imobiliário contracionista das agências bancárias, o Fundo também se posicionou de forma pioneira em relação à mudança tecnológica que remodelava o varejo. O consumidor não mais necessita ir

presencialmente a uma loja para fazer compras. A internet, aliada à expansão logística, alterou os hábitos de consumo, principalmente na era pós pandemia e, hoje, o consumidor possui uma jornada de compra não linear, mais exigente e com valor concentrado no propósito. No setor imobiliário, esta tendência se reflete na maior demanda por imóveis localizados em regiões premium, nos cartões-postais da cidade, onde as companhias se posicionam enquanto marca e oferecem a este cliente o contato físico e a experiência do produto que a internet é incapaz de promover. A partir de 2019, o Fundo promoveu compras de imóveis com estas características, Avenida Paulista, Oscar Freire, Haddock Lobo, Al. Gabriel Monteiro e Leblon, para marcas consolidadas que desenvolveram nestes imóveis lojas conceito reconhecida em seus segmentos: Centauro, Renner, Coco Bambu, Portobello e Itaú, respectivamente.

No rol de mudanças promovidas pelo Fundo, um grande destaque está na capacidade reposição de imóveis vagos, antes locados a agências bancárias. Nos últimos dois anos, o Fundo realizou locações para os setores de self-storage, supermercado, academia, restaurante, corporativo, stand de vendas para incorporação imobiliária e studio de yoga. Sem a gestão ativa para trabalhar assertivamente os imóveis, promovendo eventos para corretores, contratando imobiliárias locais, readequando imóveis e entendendo a necessidade de cada varejista, as locações perderiam força e a transformação seria comprometida.

Por fim, a estratégia – que também é responsável por remodelar o portfólio do Fundo e que escancara a valorização imobiliária ao longo do tempo, provando o valor do portfólio – é a de alienação de ativos. Nos últimos cinco anos, o Fundo alienou 26 imóveis, a esmagadora maioria sendo de imóveis locados às agências bancárias, perfazendo um valor total de mais de R$250 milhões em vendas e atingindo mais de R$77 milhões em lucros distribuídos. Atualmente, o Fundo é reconhecido por efetuar vendas assertivas e conseguir desmobilizar um capital importante para a oxigenação do portfólio, além de engordar a rentabilidade entregue aos cotistas.

As mudanças estratégicas promovidas pela gestão ativa no Fundo foram capazes de salvar um portfólio de imóveis que, do contrário, teriam dificuldades de se rentabilizar em um ambiente repleto de inovações e mudanças seculares. A constante metamorfose do portfólio faz do Fundo um veículo estável e sólido para lidar com todos os desafios, que certamente surgirão.

Performance

	Renda Fixa	Renda Variável		Multimercado	Índices				
	Rio Bravo Crédito Privado FIRF	Rio Bravo Fundamental FIA	Rio Bravo Templeton Climate Change IE FIA	Rio Bravo Imobiliário FIC FIM	CDI	IBOV	IMA-B	IFIX	MSCI ACWI
outubro 25	1,12	1,58	7,62	0,93	1,28	2,26	1,05	0,12	3,44
setembro 25	1,31	4,48	1,61	3,48	1,22	3,40	0,54	3,25	1,43
agosto 25	1,21	7,25	-3,99	1,62	1,16	6,28	0,84	1,16	-0,85
julho 25	1,42	-4,85	10,02	-0,41	1,28	-4,17	-0,79	-1,36	3,97
junho 25	0,88	2,84	-3,36	1,08	1,10	1,33	1,30	0,63	-0,23
maio 25	1,15	3,24	7,45	0,98	1,14	1,45	1,70	1,44	6,41
abril 25	0,99	4,75	-5,67	3,51	1,06	3,69	2,09	3,01	-0,66
março 25	0,99	4,26	-5,90	5,42	0,96	6,08	6,14	1,84	-5,89
fevereiro 25	1,05	-2,63	0,30	4,13	0,99	-2,64	0,50	3,34	-0,38
janeiro 25	1,08	2,25	-3,51	-3,00	1,01	4,86	1,07	-3,07	-2,75
dezembro 24	0,28	-4,70	-2,34	-1,58	0,93	-4,28	-2,62	-0,67	-0,22
novembro 24	0,88	-4,50	4,82	-2,30	0,79	-3,12	0,02	-2,11	8,57
Ano	11,77	25,02	1,00	18,89	11,76	24,32	10,57	15,32	3,99
12 meses	13,14	13,06	2,59	14,31	13,73	14,47	7,80	12,06	10,93
24 meses	26,87	11,19	44,52	14,07	26,17	32,17	13,74	13,88	68,26
36 meses	39,24	6,68	39,10		43,17	30,56	24,80	20,04	72,10
Desde o início	56,85	2,08							
PL Atual (R$ mil)	391,82	778,94	42,38	41,17					
Data de início	114.364.394,61	6.527.574,51	19.193.965,78	6.744.534,85					
Taxa de Administração (a.a.)	14/08/2008	08/09/2004	27/01/2022	19/05/2022					
Taxa de Performance (a.a.)	0,39%	0,50%	0,30%	0,50%					

Números em percentual, exceto quando informado diferente.

RIO BRAVO

Paulo Bilyk
Chief Executive Officer
Chief Investment Officer
paulo.bilyk@riobravo.com.br

Gustavo Franco
Senior Advisor
gustavo.franco@riobravo.com.br

Evandro Buccini
Diretor de Renda Fixa e Multimercado
evandro.buccini@riobravo.com.br

Anita Scal
Diretora de Investimentos Imobiliários
anita.spichler@riobravo.com.br

Vanessa Faleiros
Chief Operating Officer
Diretora Jurídico e Compliance
vanessa.faleiros@riobravo.com.br

Gal Barradas
Diretora de Growth
gal.barradas@riobravo.com.br

Comercial
comercial@riobravo.com.br

Vanessa Valente
Gerente Comercial
vanessa.valente@riobravo.com.br

Maisa Oliveira
Gerente Comercial
maisa.oliveira@riobravo.com.br

Ligia Pereira
Analista Comercial
ligia.pereira@riobravo.com.br

Relação com Investidor
ri@riobravo.com.br
11 3509-6500
riobravo.com.br/whatsapp

Isabela Perez
isabela.perez@riobravo.com.br

Ouvidoria
0800 722 9910
ouvidoria@riobravo.com.br

ANBIMA

Este material foi elaborado pela Rio Bravo e não deve ser considerado um relatório de análise para fins. Este material tem caráter meramente informativo, não constitui e nem deve ser interpretado como sendo material promocional, solicitação de compra ou venda, oferta ou recomendação de qualquer ativo financeiro, investimento, sugestão e alocação ou adoção de estratégias por parte dos destinatários. Os prazos, taxas e condições aqui contidos são meramente indicativos. As informações contidas nesse material foram consideradas razoáveis na data em que ele foi divulgado e foram obtidas de fontes públicas consideradas confiáveis. A Rio Bravo não dá nenhuma segurança ou garantia, seja de forma expressa ou implícita, sobre a integridade, confiabilidade ou exatidão dessas informações. Este relatório também não tem a intenção de ser uma relação completa ou resumida dos mercados ou desdobramentos nele abordados. Os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros discutidos nesse material podem não ser adequados para todos os investidores. Este material não leva em consideração os objetivos de investimento, situação financeira ou necessidades específicas de qualquer investidor. Os investidores devem obter orientação financeira independente, com base em características pessoais, antes de tomar uma decisão de investimento. Caso os ativos, operações, fundos e/ou instrumentos financeiros sejam expresso em uma moeda que não a do investidor, qualquer alteração na taxa de câmbio pode impactar adversamente o preço, valor ou rentabilidade. A Rio Bravo não se responsabiliza por decisões de investimentos que venham a ser tomadas com base nas informações divulgadas e se exime de qualquer responsabilidade por quaisquer prejuízos, diretos ou indiretos, que venham a decorrer da utilização deste material ou seu conteúdo. Este material é destinado à circulação exclusiva para a rede de relacionamentos da Rio Bravo, podendo ser divulgado também em seu site. Fica proibida a reprodução ou redistribuição para qualquer pessoa, no todo ou em parte, qualquer que seja o propósito, sem o prévio consentimento expresso da Rio Bravo. Para maiores informações sobre os produtos, tabelas de custos operacionais, acesse www.riobravo.com.br. LEIA O MATERIAL ANTES DE INVESTIR. RENTABILIDADE PASSADA NÃO REPRESENTA GARANTIA DE RENTABILIDADE FUTURA. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS. FUNDOS DE INVESTIMENTO NÃO CONTAM COM GARANTIA DO ADMINISTRADOR, DO GESTOR, DE QUALQUER MECANISMO DE SEGURO OU FUNDO GARANTIDOR DE CRÉDITO FGC. ESTE FUNDO TEM MENOS DE 12 (DOZE) MESES. PARA AVALIAÇÃO DA PERFORMANCE DE UM FUNDO DE INVESTIMENTO, É RECOMENDÁVEL A ANÁLISE DE, NO MÍNIMO, 12 (DOZE) MESES. A RENTABILIDADE DIVULGADA NÃO É LÍQUIDA DE IMPOSTOS E TAXA. AS INFORMAÇÕES PRESENTES NESTE MATERIAL TÉCNICO SÃO BASEADAS EM SIMULAÇÕES E OS RESULTADOS REAIS PODERÃO SER SIGNIFICATIVAMENTE DIFERENTES. A RENTABILIDADE AJUSTADA CONSIDERA O REINVESTIMENTO DOS DIVIDENDOS, JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO OU OUTROS RENDIMENTOS ADVINDOS DE ATIVOS FINANCEIROS QUE INTEGREM A CARTEIRA DO FUNDO REPASSADOS DIRETAMENTE AO COTISTA. DESCRIÇÃO DO TIPO ANBIMA DISPONÍVEL NO FORMULÁRIO DE INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES. ESTA INSTITUIÇÃO É ADERANTE AO CÓDIGO ANBIMA DE REGULAÇÃO E MELHORES PRÁTICAS. Para informações, ligue para +55 11 3509-6600. Para reclamações, utilize o SAC/Ouvidoria: 0800-722-9910.